



PREFEITURA DA CIDADE DE CABO FRIO

Região dos Lagos - Estado do Rio de Janeiro

SESSÃO DE JULGAMENTO

Pauta de Reunião: Licitação para contratação de licença de uso de sistema informatizado e integrado (software), via web, online, para controle de processos administrativos e judiciais, gestão eletrônica de documentos e *workflow*, incluindo instalação, implantação, customização, testes, manutenção, suporte técnico e treinamento, visando atender às necessidades da Procuradoria Geral do Município.

Objetivo: A reunião tem como objetivo a realização de prova de conceito nos termos do anexo IX do pregão eletrônico nº 010/2022 - processo administrativo nº 11.556/2022.

Data e Hora: 1ª sessão: 10/08/2022 às 10:00 hrs

2ª sessão: 12/08/2022 às 10:00 hrs (continuação)

Órgãos participantes: Procuradoria-Geral do Município de Cabo Frio e a Empresa Coreplan.

Observações: A presente reunião ocorreu em duas sessões virtuais.

Aos dias 10 e 12 de agosto de dois mil e vinte e dois, às 10:00h, através da plataforma *gotomeeting*, realizou-se a reunião na modalidade virtual, com o fito de atender ao processo licitatório de nº 11.556/2022, Pregão Eletrônico nº 010/2022, para contratação de licença de uso de sistema informatizado e integrado (software), via web, online, para controle de processos administrativos e judiciais, gestão eletrônica de documentos e *workflow*, incluindo instalação, implantação, customização, testes, manutenção, suporte técnico e treinamento, visando atender às necessidades da Procuradoria Geral do Município, com a presença dos seguintes membros: Francisco Teixeira, Pregoeiro; Integrantes da Comissão Julgadora: Dr. Victor Loiola Rodrigues Gaspar, Procurador-Geral do Município; Dr. Antônio Luiz dos Reis Neto, Subprocurador do Município; Dra. Renata Nogueira de Araújo, Procuradora do Município; Dr. Daniel Carneiro Ferreira, Procurador do Município; Dr. Diogo Santanna Machado Silva, Procurador do Município; Dr. Felipe Valentin de Oliveira, Procurador do Município; Sra. Patrícia da Costa Reis, Superintendente da Dívida Ativa; Sra. Isabella Ramos Barbosa, Assessora Especial; Sr. Márcio Maturana Pinto, Assessor Especial; Sr. Washington Luis Caldas Fernandes, TI da Procuradoria-Geral; Representantes do Setor de T.I do Município: Sr. Miguel Ângelo Evora Frazão e Sr. Wener Anacleto da Silva; Representantes da Empresa Coreplan: Felipe Lima e Delley Abstel.

Iniciada a reunião com a palavra do Procurador-Geral, Dr. Victor Gaspar, informando aos participantes que a presente reunião visa atender a fase do procedimento licitatório de

Praça Tiradentes, s/n, Centro, Cabo Frio-RJ



PREFEITURA DA CIDADE DE CABO FRIO

Região dos Lagos - Estado do Rio de Janeiro

contratação de serviço de inteligência artificial e automação, para realização da prova de conceito, conforme os requisitos expostos no anexo IX do referido processo, objetivando avaliar se a empresa licitante atende aos respectivos itens.

Ressalvas:

1. A primeira sessão, dia 10/08/2022, ocorreu das 10:13h às 17:20h, com intervalo para almoço das 13:00h às 14:30h. O pregoeiro precisou se ausentar na 2ª etapa desta primeira sessão, após almoço.
2. A segunda sessão, dia 12/08/2022, ocorreu das 10:00h às 13:30h. Ao início da reunião, foi esclarecido pelo Wener que por problemas técnicos do usuário do aplicativo, o link da reunião ficou inacessível, por isso, o mesmo gerou um novo link, enviou aos participantes e constou a primeira sala de reunião aberta com o aviso sobre o imprevisto ocorrido, bem como indicando o link da nova sala.
3. O representante da Coreplan, Sr. Felipe, realizou a demonstração do acesso ao Tribunal logando ao PJE-Maranhão, entretanto, foi esclarecido pelo Procurador-Geral a necessidade de que seja demonstrado o acesso ao PJE-RJ.

Pelo Procurador-Geral, foi dado início a leitura dos itens e seus subitens do Anexo IX, infracitado, com as observações e avaliações da Comissão Julgadora, que seguem abaixo:

Pela empresa Coreplan, nas palavras do Sr. Felipe, foi feita uma apresentação de modo geral do sistema SPA, explicitando de forma resumida toda a funcionalidade e otimização do programa;

Pela Coreplan, iniciada a prova de conceito, foi informado pelo Sr. Felipe que o sistema de busca de processos, nos sites dos tribunais, constava no momento inoperante, portanto, só foi possível realizar a demonstração desta etapa na segunda sessão da presente reunião;

Pela Comissão Julgadora, o Sr. Whashinton perguntou por quem é realizada o refinamento do sistema?



PREFEITURA DA CIDADE DE CABO FRIO

Região dos Lagos - Estado do Rio de Janeiro

Pela Coreplan, foi esclarecido que o refinamento é executado junto ao Procurador, até que se atenda todas as necessidades da Procuradoria.

ANEXO IX DO EDITAL REQUISITOS PARA PROVA DE CONCEITO

Item	Atende	Não Atende	Observações
1 REQUISITOS FUNCIONAIS DO SISTEMA			
1.1 Inteligência Artificial e Automação			
1.1.1 O sistema deverá ser dotado de Inteligência Artificial e automação de fluxos e atividades, com capacidade para reconhecer e interpretar conteúdos de peças processuais, citações e intimações e a partir dessa interpretação promover as classificações necessárias e as ações automatizadas pré-definidas.	X		
1.1.1.1 Ao receber novas ações, deverá realizar a leitura do inteiro teor da petição inicial, interpretando-a e promovendo a respectiva classificação automática dos assuntos, e da especializada responsável por atuar no processo remetendo-a para distribuição neste local;	X		
1.1.1.2 Ao receber as citações e intimações, deverá realizar a leitura do inteiro teor, interpretando-a e promovendo a respectiva classificação, como "Sentença desfavorável", Exceção de pré-executividade", "Sentença de extinção pelo pagamento", "Citação com antecipação de tutela", "Citação com antecipação de tutela e manifestação prévia em 48 horas", por exemplo;	X		
1.1.1.3 Após a classificação automática das citações e intimações o sistema deverá sugerir as manifestações aplicáveis com os respectivos prazos judiciais em conformidade com o Novo CPC;	X		
1.1.2 Permitir a configuração dinâmica de automatizações utilizando Inteligência Artificial, fluxos com notação BPMN, tarefas automatizadas e modelos de documentos, onde seja possível definir a execução de tarefas e/ou elaboração automática de petições no lançamento de determinados andamentos em processos com determinadas características ou histórico processual. Minimamente os seguintes cenários deverão ser automatizados, sem prejuízo da configuração de outros:	X		
1.1.2.1 Ao receber intimações dando ciência de que a citação da Execução Fiscal foi negativa, buscar automaticamente endereços alternativos junto a Receita Federal ou outras fontes, elaborar automaticamente a petição requerendo a citação postal em novo endereço e disponibilizar para revisão e assinatura digital do procurador;	X		
1.1.2.2 Nos casos de parcelamentos cancelados elaborar automaticamente a petição requerendo o prosseguimento do feito com o valor atualizado e disponibilizar para revisão e assinatura digital do procurador;	X		



PREFEITURA DA CIDADE DE CABO FRIO

Região dos Lagos - Estado do Rio de Janeiro

1.1.2.3 Nos casos de parcelamentos concedidos elaborar automaticamente a petição requerendo a suspensão do feito, desde que não existam outras dívidas na Execução Fiscal que não estejam parceladas e disponibilizar para revisão e assinatura digital do procurador;	X		
1.1.2.4 Nos casos de dívidas quitadas elaborar automaticamente a petição requerendo a extinção do feito pelo pagamento, desde que não existam outras dívidas na Execução Fiscal que estejam abertas e disponibilizar para revisão e assinatura digital do procurador;	X		
1.1.2.5 Nos casos de dívidas canceladas elaborar automaticamente a petição requerendo a extinção do feito pelo artigo 26 da LEF, desde que não existam outras dívidas na Execução Fiscal que estejam abertas e disponibilizar para revisão e assinatura digital do procurador;	X		
1.2 Integração com sistema Dívida Ativa	X		
1.2.1 Disponibilizar interface de integração com o sistema de gestão da Dívida Ativa utilizado pelo município, preferencialmente baseada em WebService, permitindo que, ao inscrever uma dívida, ou sempre que a situação da dívida inscrita for alterada, como nos casos de parcelamento, cancelamento e quitação, o sistema proposto neste termo de referência receba esta informação para atualização da base de dados da procuradoria, bem como realizar os encaminhamentos jurídicos e administrativos necessários;	X		
1.2.2 Os dados a serem recepcionados deverão ser suficientes para emissão dos documentos de CDA e Petição inicial necessários ao ajuizamento da Execução, bem como os necessários para gestão da Execução Fiscal;	X		
1.2.3 A integração deverá estar preparada para receber a situação atual da dívida ativa, sendo capaz de identificar automaticamente os seguintes eventos:	X		É possível, desde que seja aprimorado junto ao sistema da Dívida Ativa
1.2.3.1 Inscrição de uma de nova CDA: As CDAs incluídas deverão ser automaticamente disponibilizadas para ajuizamento através de rotina específica;	X		
1.2.3.2 Parcelamento da CDA: o procurador responsável pela execução da dívida, ou seu substituto em caso de ausência, deverá ser notificado para que solicite a suspensão do feito. Se o fluxo de peticionamento automatizado estiver configurado para estes casos o sistema deverá automaticamente elaborar a petição requerendo a suspensão da execução, desde que não existam outras dívidas não parceladas na mesma execução fiscal.	X		



PREFEITURA DA CIDADE DE CABO FRIO

Região dos Lagos - Estado do Rio de Janeiro

1.2.3.3 Perda de parcelamento da CDA: o procurador responsável pela execução da dívida, ou seu substituto em caso de ausência, deverá ser notificado para que solicite o prosseguimento do feito. Se o fluxo de peticionamento automatizado estiver configurado para estes casos o sistema deverá automaticamente elaborar a petição requerendo o prosseguimento do feito.	X		
1.2.3.4 Quitação da CDA: o procurador responsável pela execução da dívida, ou seu substituto em caso de ausência, deverá ser notificado para solicitar a extinção do feito pelo pagamento da dívida. Se o fluxo de peticionamento automatizado estiver configurado para estes casos o sistema deverá automaticamente elaborar a petição requerendo a extinção do feito pelo pagamento, desde que não existam outras dívidas em aberto na mesma execução fiscal.	X		
1.2.4.5 Cancelamento da CDA: o procurador responsável pela execução da dívida, ou seu substituto em caso de ausência, deverá ser notificado para solicitar a extinção do feito pelo cancelamento da dívida. Se o fluxo de peticionamento automatizado estiver configurado para estes casos o sistema deverá automaticamente elaborar a petição requerendo a extinção do feito pelo artigo 26 da LEF, desde que não existam outras dívidas em aberto na mesma execução fiscal.	X		
1.2.5 As notificações de suspensão e extinção de processos devem ser geradas sempre se avaliando o conjunto de CDAs que compõem a execução, ou seja, uma extinção somente poderá ser sugerida se todas as CDAs da referida execução estiverem baixadas. Da mesma forma, a notificação para suspensão do processo somente poderá ser gerada se não existirem CDAs abertas e não parceladas compondo a Execução Fiscal.	X		
1.2.7 Deverá dispor de serviço que informe ao sistema de gestão da dívida ativa dos ajuizamentos realizados	X		
1.4 Qualificação da dívida para cobrança			
1.4.1 Higienização automática de endereço de correspondência e telefones dos devedores.	X		Depende de integração para ser demonstrado
1.4.1.1.2 Os endereços de correspondência do devedor, recebidos do sistema de gestão de dívida, deverão ser automaticamente validados junto a base de CEPs, conferindo a coerência do CEP, Bairro, Logradouro, Cidade e UF, devendo o sistema realizar automaticamente as correções necessárias quando possível;	X		Depende de integração para ser demonstrado. No modelo adotado em outro Município foi demonstrado.
1.4.1.1.3 Os logradouros incompletos ou com erros de ortografia deverão ser automaticamente corrigidos pelo sistema.	X		
1.4.1.1.4 Os CEPs não informados deverão ser automaticamente preenchidos pelo sistema;	X		Depende de integração para ser demonstrado.



PREFEITURA DA CIDADE DE CABO FRIO

Região dos Lagos - Estado do Rio de Janeiro

1.4.1.1.5 Os CEPs existentes que estejam inconsistentes com o logradouro, ou ainda com a numeração do endereço no logradouro, deverão ser automaticamente corrigidos pelo sistema;	X		
1.4.1.1.6 Deverão ser considerados também os CEPs específicos para determinados endereços, bem como o tratamento diferenciado para CEPs de rodovias;	X	X	
1.4.1.1.8 O sistema deverá realizar automaticamente a higienização dos endereços e telefones sempre que for realizada a geração de KITS de ajuizamento;	X	X	
1.4.1.4.1 Possuir interface de integração com o sistema de informações disponibilizado por empresas especializadas em proteção ao crédito;	X		
1.4.1.4.2 A integração deve permitir obter endereços e telefones de pessoas físicas e jurídicas;	X		
1.4.1.5 Enriquecimento automático de ENDEREÇOS de Correspondência e TELEFONES em nome dos devedores			
1.4.1.5.1 Como alguns endereços de correspondência do devedor estão ausentes ou não podem ser higienizados em função da baixa qualidade, ou ainda podem também estarem desatualizados, o sistema deve dispor de serviço automatizado para busca de endereços alternativos dos devedores acessando base de dados da RECEITA FEDERAL ou outras fontes de dados que o a procuradoria possua convênio ou outro instrumento congênere com o órgão gestor do banco de dados, potencializando as oportunidades de localização dos devedores.	X		
1.4.1.5.2 Ao realizar a geração de KITS de ajuizamento bano sistema deverá automaticamente verificar endereços de correspondência do devedor já utilizados anteriormente e que resultaram em citação negativa, de modo a impedir o ajuizamento/cobrança com endereços já identificados como negativos.	X		É possível, porém, ainda não foi implantando/experimentado.
1.4.1.5.2.1.1.1 Nestes casos o sistema deverá automaticamente buscar um endereço, de modo que a Inicial seja elaborada com o novo endereço encontrado;	X		
1.4.1.5.2.1.1.2 Se os endereços retornados na busca automática já constarem nos registros do sistema com resultado negativo na citação o sistema deverá despreza-los.	X		
1.6 Cobrança Judicial de créditos inscritos em dívida ativa			
1.6.2 Geração dos Kits de Ajuizamento			



PREFEITURA DA CIDADE DE CABO FRIO

Região dos Lagos - Estado do Rio de Janeiro

1.6.2.1 A geração dos KITS deverá ser realizada automaticamente de acordo com agendamento prévio, ou imediatamente quando desejado.	X		O agendamento não é feito diretamente pelo Município.
1.6.2.2 O sistema deverá dispor de interface para agendar a geração dos KITS de ajuizamento, incluindo critérios de seleção das CDAs a serem ajuizadas, a periodicidade da execução do agendamento e critérios para agrupamento de CDAs de um mesmo devedor em uma única execução fiscal.	X	X	Não é possível agendamento programado para ajuizamento em lote.
1.6.2.2.2 O sistema deverá dispor de interface que permita visualizar o status do agendamento, bem como seu histórico. A interface deve também permitir a interrupção de uma execução que esteja em andamento;	X	X	
1.6.2.2.4 A execução dos agendamentos deverá ocorrer no servidor da aplicação, evitando a necessidade de manter estações de trabalho ligadas nos horários agendados para execução.	X		
1.6.2.4 As petições iniciais devem ser automaticamente endereçadas para a justiça estadual e federal, conforme a qualidade da parte.	X		
1.6.2.5 Permitir a geração de processos com agrupamento de débitos de um mesmo devedor, permitindo indicar a quantidade máxima de CDAs a serem agrupadas em um único processo.	X		
1.6.3 Assinatura dos Kits de Ajuizamento para execução fiscal eletrônica			
1.6.3.1 O sistema deverá dispor de interface para que o representante legal possa assinar digitalmente as CDAs em lote.	X		
1.6.3.2 O sistema deverá dispor de interface para que o representante legal possa assinar digitalmente as Petições Iniciais em lote.	X		Assinatura só é validada com o token plugado no PC.
1.6.3.3 Após iniciada a assinatura digital do lote de CDAs ou Petições Iniciais, o sistema deverá continuar a assinatura dos demais itens do lote sem bloquear o computador do usuário, ou seja, o sistema deverá permanecer aberto, mas o usuário poderá utilizar outras funcionalidades enquanto os documentos são assinados.	X		
1.6.4.4 As execuções fiscais geradas para ajuizamento em unidade judicial que não disponha de integração devem ser exibidas em fluxo de trabalho específico para que o responsável registre manualmente o número do processo após o respectivo ajuizamento.	X		
1.6.4 Ajuizamento de Execuções Fiscais			



PREFEITURA DA CIDADE DE CABO FRIO

Região dos Lagos - Estado do Rio de Janeiro

1.6.4.1 Para execuções a serem ajuizadas no Tribunal de Justiça do Estado, o sistema deve dispor de mecanismo para ajuizamento eletrônico automático em lote dos KIT que já estejam devidamente assinados.	X		
1.6.4.2 O sistema deverá dispor de mecanismo para reenviar os KIT para ajuizamento para os casos de eventual indisponibilidade do Web Service do judiciário.	X		
1.6.4.3 Os casos de falhas no envio para ajuizamento, cujo reenvio não foi satisfatório, devem ser explicitados, sem a necessidade de consulta periódica.	X		
1.6.4.5 Concluído o ajuizamento eletrônico da Execução, o número do processo, gerado pelo Tribunal de Justiça, deve ser imediatamente armazenado no sistema.	X		
1.7 Integração com os Tribunais de Justiça			
1.7.1 Possuir interface de integração em conformidade com o Modelo Nacional de Interoperabilidade – MNI, definido pelo CNJ, ou modelo definido pelo próprio Tribunal.	X		
1.7.2 A integração deverá contemplar o 1o grau, 2o grau e Colégios Recursais se disponibilizada pelo Tribunal de Justiça do Estado.	X		
1.7.3 Citações e Intimações eletrônicas			
1.7.3.1 Permitir que o Procurador Geral, ou a quem delegar, visualize as citações eletrônicas enviadas pelo Tribunal de Justiça, e possa receber voluntariamente as que desejar.	X		
1.7.3.2 Permitir que o procurador vinculado ao processo visualize as intimações eletrônicas enviadas pelo Tribunal de Justiça, e possa receber voluntariamente as que desejar.	X		
1.7.3.3 Para as citações e intimações não recebidas voluntariamente, ao término do prazo de carência o sistema deverá automaticamente importar os respectivos dados junto ao judiciário gerando os registros necessários para gestão da demanda no sistema.	X		
1.7.3.4 Ao receber uma citação, ou intimação em processo ainda inexistente, o sistema deverá realizar o cadastro automático do referido processo, reutilizando todos os dados obtidos junto ao judiciário, como Classe, Assunto, Partes e Juízo	X		



PREFEITURA DA CIDADE DE CABO FRIO

Região dos Lagos - Estado do Rio de Janeiro

1.7.3.5 Possuir controle para cadastramento automatizado dos incidentes e recursos vinculando-os adequadamente aos processos originários.	X		
1.7.3.6 Possuir ferramenta para classificação automática das intimações e citações recebidas. Para tanto, o sistema deverá utilizar inteligência artificial, sendo capaz de identificar o tipo de andamento a partir do teor da intimação, e não a partir do código de andamento processual utilizado pelo Tribunal, visto que este pode induzir o procurador ao erro.	X		
1.7.3.6.1 Eventualmente o sistema poderá não conseguir classificar automaticamente a intimação/citação, normalmente em virtude da especificidade do teor do documento. Nestes casos o sistema deverá permitir que o procurador possa manualmente classificar a intimação/citação.	X		
1.7.4 Acesso aos autos digitais			
1.7.4.1 Possuir mecanismo que mantenha a pasta digital interna de acompanhamento do processo devidamente sincronizada com os autos digitais dos Tribunais integrados quando a integração disponibilizada pelo judiciário assim permitir, evitando a necessidade de acesso manual ao portal.	X		
1.7.5 Protocolo de Petições			
1.7.5.1 Permitir que as peças elaboradas em processos eletrônicos, que tramitem no Tribunal de Justiça do Estado, possam ser protocoladas eletronicamente diretamente pelo sistema, sem a necessidade de acesso ao portal do judiciário.	X		
1.7.5.2 O recibo eletrônico, obtido ao concluir o protocolo, deverá ser automaticamente armazenado permitindo consulta futura para comprovação de protocolo.	X		
1.7.5.3 Quando comandado no sistema o envio para o protocolo eletrônico em lote o sistema deverá automaticamente gerenciar todo o envio, inclusive realizando novas tentativas de envio para o caso de indisponibilidade temporária do Web Services no Tribunal de Justiça. A estação de trabalho do procurador não deverá permanecer bloqueada enquanto esta operação é concluída, ou seja, deve ser possível ao usuário continuar a operar outras funcionalidades do sistema, inclusive enviar novas peças para protocolo eletrônico.	X		
1.7.5.3.1 Para os casos em que a indisponibilidade do Web Services do Tribunal persista o sistema deverá possibilitar o download ou impressão da petição para peticionamento manual ou via portal.	X		
1.7.5.4 Deverá possuir controle de petições concluídas e que aguardam protocolização.	X		



PREFEITURA DA CIDADE DE CABO FRIO

Região dos Lagos - Estado do Rio de Janeiro

1.7.5.4 Realizar automaticamente a compactação e fracionamento dos documentos anexados, de modo que arquivos PDFs contendo várias páginas não sejam rejeitados pelo webservice do judiciário em função do tamanho deste	X		
1.8 Cadastro de Pessoas			
1.8.1 Permitir o cadastro de pessoas físicas e jurídicas, vinculando-as aos respectivos processos e débitos.	X		
1.8.2 Dispor de campos específicos para o armazenamento dos dados de cadastro das pessoas junto aos órgãos públicos federais e estaduais, por tipo e número do documento, endereços, bens, telefones, e-mails.	X		
1.8.3 Permitir a localização das pessoas pelo nome, devendo retornar também pessoas com nomes semelhantes, exibindo o resultado ordenado dos mais próximos para os menos próximos dos termos pesquisados.	X		
1.8.4 Possuir local específico para formação do dossiê eletrônico da pessoa, permitindo o armazenamento de documentos e notas relevantes para o acompanhamento dos processos em que elas forem partes.	X		
1.8.5 Permitir a anotação de Falências e Recuperação Judicial, que permita a geração de documentos para peticionamento nos processos dessa pessoa em lote.	X		
1.8.6 Possuir funcionalidade para classificar as pessoas conforme critérios estabelecidos pela procuradoria, diferenciando-as conforme essa classificação, como "Pessoa estratégica" e "Grandes devedores".	X		
1.9 Cadastro de Processos Judiciais			
1.9.1 Disponibilizar interface de cadastro de processos judiciais contendo, no mínimo, as informações básicas fornecidas pelo judiciário (número do processo, órgão judicial, classe, dados das partes, assunto e valor da causa).	X		
1.9.2 Permitir o funcionamento de forma integrada ao Tribunal de Justiça do Estado, permitindo o cadastramento otimizado do processo a partir da inserção do número unificado do CNJ.	X		



PREFEITURA DA CIDADE DE CABO FRIO

Região dos Lagos - Estado do Rio de Janeiro

1.9.5 A partir do assunto do processo o sistema deverá automaticamente identificar a especializada responsável pelo processo, exceto para os assuntos de responsabilidade de mais de uma especializada.	X		
1.11 Distribuição de Processos e intimações			
1.11.1 Permitir o cadastro e gestão das procuradorias especializadas, indicando seu chefe, matérias de sua competência, e quadro de vagas de procuradores.	X		
1.11.2 Permitir o cadastro e gestão das vagas de procuradores de uma especializada, indicando o procurador vinculado e eventuais especialidades.	X		
1.11.3 Permitir a distribuição de processos de forma automática ou direcionada.	X		
1.11.4 Permitir especificar tipos de processos em que a distribuição deva ser realizada automaticamente, sem passar pela avaliação do chefe da especializada, e tipos de processos que a distribuição deve ser remetida para avaliação da chefia, como (a) Grandes valores, (b) Partes específicas/sindicatos e (c) Citação com liminar/tutela	X		
1.11.5 A cada intimação encaminhada a uma vaga o sistema deverá atribuir a esta a pontuação relacionada a respectiva complexidade, que pode ser atribuída pelo tipo de andamento e classe do processo, mesmo nos casos onde o processo já esteja distribuído.	X		
1.11.6 Deverá ser possível configurar o desvio máximo de pontuação entre as vagas da especializada nos últimos X dias, permitindo que o sistema proativamente identifique que no período uma vaga esteja recebendo mais intimações que as demais e automaticamente distribua o excedente às demais vagas a até que se verifique a normalização da carga de trabalho.	X		
1.11.7 Para apoiar o chefe da especializada na distribuição direcionada de processos e intimações o sistema deverá dispor de um painel com informações complementares dos procuradores candidatos, como (a) acervo de processos; (b) demandas recebidas no período; (c) demandas em aberto, de modo destacar situações onde o volume de demandas em aberto para determinado procurador possa por em risco o cumprimento dos prazos.	X		
1.11.9 Permitir a distribuição automática de processos de execução fiscal na fase de geração dos kits para ajuizamento eletrônico.	X		
1.11.12 Permitir que temporariamente uma vaga fique sem procurador vinculado fornecendo mecanismos que permitam definir o destino das intimações recebidas nos processos desta vaga enquanto estiver sem procurador, sendo possível no mínimo:	X		



PREFEITURA DA CIDADE DE CABO FRIO

Região dos Lagos - Estado do Rio de Janeiro

1.11.12.1 Que as intimações sejam pulverizadas entre as demais vagas da especializada.	X		
1.11.14 Permitir a solicitação de redistribuições definitivas ou provisórias, através de fluxo de aprovação pré-definido pela procuradoria.	X		
1.11.15 Permitir que em determinadas fases do processo, como embargos à execução fiscal e exceção de pré-executividade, o processo ou intimação sejam automaticamente enviados para distribuição na especializada competente, que pode ser diferente da especializada responsável pela Execução Fiscal.	X		
1.12 Andamentos processuais			
1.12.1 Além das movimentações registradas automaticamente quando do recebimento de citações e intimações eletrônicas via integração, o sistema deverá permitir o lançamento manual para as intimações recebidas via Oficial de Justiça, publicações ou ainda eletronicamente de Tribunais onde não esteja habilitada a integração.	X		
1.12.3 O sistema deverá aplicar mecanismos de Inteligência Artificial em todas as citações e intimações classificando-as automaticamente quanto o tipo de andamento judicial recebido (Citação, Citação com antecipação de tutela, Sentença desfavorável, Acórdão favorável...);	X		
1.12.4 O sistema deverá sugerir ao procurador, manifestações aplicáveis para cada tipo de andamento judicial cadastrada, seguindo os regramentos previstos nos Códigos processuais Civil, Trabalhista e Tributário.	X		
1.12.4.1 Para cada manifestação sugerida, o sistema deverá apresentar o prazo previsto para peticionamento, respeitando as particularidades da Justiça Comum e dos Juizados Especiais.	X		
1.13 Fluxo de trabalho			
1.13.1 Possuir interface de trabalho cooperativo, que organize as demandas de cada usuário, enfatizando as demandas que aguardam ações dos usuários, sem prejuízo a gestão dos prazos processuais.	X		
1.13.2 O sistema deverá disponibilizar fluxos de trabalho devidamente configurados para que, de maneira intuitiva, o usuário seja direcionado a operar o sistema de forma organizada, minimizando erros, melhorando as condições de trabalho e aumentar a eficiência operacional, distribuindo automaticamente aos grupos de usuários, as tarefas necessárias às diversas etapas do processo que lhes forem previamente atribuídas.	X		



PREFEITURA DA CIDADE DE CABO FRIO

Região dos Lagos - Estado do Rio de Janeiro

1.13.2.1 Independentemente da classificação a que se refere este item, o sistema deverá apresentar, em local específico, a relação de todas as intimações, ordenadas por vencimento, incluindo o status das atividades pertinentes ao cumprimento da demanda, visando a gestão efetiva dos prazos.	X		
1.13.3 Possuir filas de trabalho, contendo os processos e respectivas demandas, controle de prazos e demais compromissos gerados a partir dos andamentos lançadas para os mesmos. Possuir filas de trabalho, contendo os processos e respectivas demandas, controle de prazos e demais compromissos gerados a partir dos andamentos lançadas para os mesmos.	X		
1.13.4 As demandas devem ser automaticamente agrupadas conforme a espécie, a providência ou a(as) manifestação(ões) processual(is) esperada(s).	X		
1.13.5 Possuir interface em forma de calendário que exiba as audiências agendadas.	X		
1.13.7 Permitir a realização das atividades a partir das filas de trabalho de forma unitária e em lote, quando aplicáveis, tais como: elaboração de documentos, recebimento de intimações, assinatura de documentos, etc.	X		
1.13.8 Para cada andamento lançado em um processo, ou recebido via integração com o sistema do Tribunal de Justiça, o sistema deverá sugerir as manifestações cabíveis para o tipo de intimação, bem como apresentar os respectivos prazos conforme o entendimento adotado pela justiça na qual tramita eo procedimento. É prerrogativa do procurador escolher dentre as manifestações sugeridas ou utilizar outro tipo de manifestação.	X		
1.13.10 Disponibilizar fluxos de trabalho aos assessores permitindo a fácil identificação das suas demandas.	X		
1.13.11 Permitir ao procurador, encaminhar solicitações de elaboração de manifestações aos assessores.	X		
1.13.12 Disponibilizar fluxos de produção de documentos permitindo que as manifestações elaboradas pelos assessores sejam encaminhadas para revisão do procurador. O procurador poderá reencaminhar ao assessor para retificações do documento elaborado.	X		
1.13.13 Permitir que os assessores retornem os documentos minutados para avaliação final do procurador.	X		
1.13.14 Permitir que o procurador possa devolver a minuta ao estagiário para eventuais correções marcadas como anotações diretamente no corpo do documento minutado.	X		



PREFEITURA DA CIDADE DE CABO FRIO

Região dos Lagos - Estado do Rio de Janeiro

1.13.15 Permitir que o procurador possa editar a minuta elaborada realizando eventuais adequações, ou ainda a conclusão da peça com protocolo eletrônico, quando o processo permitir.	X		
1.13.16 Permitir que o procurador possa solicitar ao chefe da especializada a dispensa de recurso/manifestação para determinada demanda, podendo o fluxo ainda percorrer a hierarquia de especializadas.	X		
1.13.17 Permitir que o procurador possa solicitar ao setor responsável a revisão dos cálculos apresentados pela parte contrária, recebendo-os também via sistema para apoiá-lo na manifestação.	X		
1.13.18 Quando uma intimação possuir mais de uma manifestação agendada o sistema deve exibí-las de forma unificada, mesmo que possuam vencimentos diversos, a fim de facilitar o acompanhamento das tarefas;	X		
1.13.19 Permitir aos chefes visualizarem as demandas em aberto dos procuradores e assessores vinculados a sua chefia.	X		
1.13.20 Identificar visualmente as demandas de processos que possuam alguma classificação, como "Prioritário", "Estratégico", "Acompanhamento especial" ou ainda cuja parte possua alguma classificação, como "Grande devedor", "Pessoa estratégica", ou ainda possuir anotações de falência ou recuperação judicial.	X		
1.14 Controle de autos para cargas de execuções fiscais físicas			
1.14.1 Permitir registrar as execuções recebidas em carga, inclusive realizando a distribuição automática entre os procuradores.	X		
1.14.2 Permitir a remessa de autos entre as vagas da unidade.	X		
1.14.3 Deve permitir registrar a devolução dos autos.	X		
1.15 Patrimônio e Garantias:			
1.15.1 Possuir funcionalidade para o registro de patrimônio das pessoas cadastradas no sistema.	X		
1.15.2 Deve permitir o controle de penhoras que recaiam sobre os bens, com indicação dos dados do processo em que foram determinadas.	X		
1.15.3 Deve conter funcionalidade para a administração e controle de garantias oferecidas nos processos, tais como seguro garantia e carta de fiança, e data de vencimento, se houver.	X		



PREFEITURA DA CIDADE DE CABO FRIO

Região dos Lagos - Estado do Rio de Janeiro

1.18 Editor de Textos

1.18.1 Disponibilizar editor de textos próprio, ou integração direta com editor de texto externo assumindo os eventuais custos das licenças necessárias para todos os usuários quando o editor de texto utilizado assim o exigir;	X		
1.18.2 O editor de textos deve possuir minimamente as seguintes funcionalidades:	X		
1.18.2.1 Formatações de texto quanto ao tamanho da fonte, negrito, itálico, sublinhado e cor;	X		
1.18.2.2 Edição rápida de textos com recursos para copiar, recortar e colar;	X		
1.18.2.3 Inserção de marcadores, numeração, alinhamento, linha e espaçamento entre parágrafos;	X		
1.18.2.4 Aplicação de estilos, como cabeçalhos, títulos e citações;	X		
1.18.2.5 Inserção de imagens existentes no computador local ou coladas da área de transferência (Copiar e Colar);	X		
1.18.2.6 Inserção de hiperlinks para abertura de páginas web, permitindo assim incluir nas petições o acesso rápido as referencias externas;	X		
1.18.2.7 Permitir a exportação em formato PDF mantendo os hiperlinks funcionais;	X		
1.18.2.8 Salvamento automático do documento;	X		
1.18.2.9 Controle de alterações realizadas no documento, permitindo a rápida identificação visual destas alterações, inclusive realizadas por outros usuários, bem como a navegação direta entre elas, podendo aceita-las ou rejeitá-las;	X	X	O controle não é feito no corpo do documento, apenas pela timeline.
1.18.2.10 Visualização e inserção de comentários vinculados visualmente a trechos do documento, facilitando as revisões e orientações em documentos minutados por assessores;	X	X	
1.18.2.11 Inserção e edição de tabelas, incluindo formatação de largura das colunas e altura dos campos;	X		
1.18.2.12 Localização e substituição de textos;	X		



PREFEITURA DA CIDADE DE CABO FRIO

Região dos Lagos - Estado do Rio de Janeiro

1.18.2.13 Inserção de notas de rodapé vinculadas aos termos vinculados, de forma que a nota seja exibida apenas na página onde o termo se encontra;	X	X	
1.18.2.14 Inserção da cabeçalhos e rodapés, repetindo-se automaticamente em todas as páginas;	X		
1.18.2.15 Inserção de numerador automático de páginas;	X		Não consegue inserir à critério. Numeração estática. Não personalizável.
1.18.2.16 Formatação de parágrafos com alinhamento à esquerda, à direita ou centralizados;	X		
1.18.2.17 Revisão ortográfica e gramatical;		X	
1.18.2.18 Coautoria em tempo real, permitindo que mais de um usuário possam trabalhar simultaneamente em um documento, como o procurador e um assessor;	X		
1.18.2.19 Contagem de palavras;		X	
1.18.2.20 Controle de zoom permitindo ampliação e redução da visualização do documento em edição;		X	
1.18.2.21 Formação rápida de textos copiando a formatação existente em outras partes do texto;	X		
1.19 Elaboração de peças			
1.19.1 Permitir a emissão de documentos a partir de modelos pré-definidos.	X		
1.19.2 Permitir ao usuário a criação dinâmica de modelos de documento a partir de modelos de documentos já existentes;	X		
1.19.3 Permitir definir os modelos a serem disponibilizados para uso por todos os usuários da instituição, modelos a serem disponibilizados para uso apenas dos usuários lotados em determinada especializada e modelos a serem disponibilizados para uso por um procurador e seus assessores diretamente vinculados;	X		
1.19.4 Permitir o uso de campos de mesclagem nos modelos, como número do processo, classe, nomedas partes, nome do procurador e data atual, de modo que a emissão de documentos a partir deste modelo resulte no preenchimento automático dos dados contidos nos respectivos processos.	X		



PREFEITURA DA CIDADE DE CABO FRIO

Região dos Lagos - Estado do Rio de Janeiro

1.19.4.1 Para casos onde não seja necessário a edição do documento gerado, o sistema deve permitir a rápida emissão sem abertura do editor e já disponibilizando envio para protocolo.	X		
1.19.5 Permitir a organização dos modelos localizando-os de acordo com o tipo de peça (Contestação, Apelação, Extinção, Suspensão, etc.);	X		
1.19.6 Para elaboração das manifestações, permitir a localização de modelos a partir a busca no inteiro teor aplicando conceito de busca aproximada/imprecisão(fuzziness), de modo que primeiro sejam exibidos os modelos com teor maior relevância em relação aos argumentos de pesquisa, seguindo com os demais na mesma ordem de relevância.	X		
1.19.7 As peças elaboradas devem automaticamente incluir um registro no andamento do respectivo processo facilitando a identificação do seu histórico.	X		
1.19.7.1 Deverá ser possível também configurar no modelo de documento um texto resumido a ser lançado no andamento do processo para facilitar o acompanhamento.	X		
1.19.8 Quando aplicável, deverá permitir a produção de documentos em lote a partir de um modelo pré-definido.	X		
1.19.8.1 Deverá permitir, com uma única seleção, a inclusão de um mesmo anexo para todas peças no lote.	X		
1.19.9 Permitir indicar, na configuração do modelo de documento, arquivos PDFs que devam ser automaticamente anexados sempre que o modelo for utilizado para elaboração de um novo documento;	X		
1.19.10 Permitir indicar, na configuração do modelo de documento, arquivos PDFs que devam ser automaticamente anexados sempre que o modelo for utilizado para elaboração de um novo documento de acordo com o exercício da dívida associada ao processo;	X		
1.19.11 Permitir indicar, na configuração do modelo de documento, modelos vinculados que devam ser automaticamente anexados sempre que o modelo for utilizado para elaboração de um novo documento. Assim, ao elaborar um documento com o modelo A que tenha o modelo B vinculado, o sistema deverá automaticamente emitir também um documento utilizando o modelo B.	X		
1.19.12 Permitir indicar, na configuração do modelo de documento, que o PDF da(s) CDA(s) do respectivo processo devem ser automaticamente anexadas ao documento elaborado.	X		



PREFEITURA DA CIDADE DE CABO FRIO

Região dos Lagos - Estado do Rio de Janeiro

1.19.13 Ao elaborar um documento, permitir a inclusão de arquivos PDFs locais como anexos da peça, inclusive permitindo a múltipla seleção desses arquivos para rápida anexação.	X		
1.19.14 A inclusão de anexos deve ser possível também nas minutas elaboradas pelos assessores/estagiários;	X		
1.19.15 Ao elaborar um documento, permitir anexar diretamente qualquer documento contido na pasta do processo.	X		
1.19.16 Permitir indicar que o modelo de documento se aplica apenas para processo que possuam dívidas de determinadas categorias (IPTU, ISS...);	X		
1.19.17 Permitir indicar que o modelo de documento se aplica para processos de determinadas matérias, assuntos e classes;	X		
1.19.18 Permitir a configuração de modelos de documentos de maneira a possibilitar a assinatura digitalizada do firmatário.	X		
1.19.19 Ao concluir a peça, o sistema deve identificar automaticamente os casos em que for possível o protocolo eletrônico utilizando a integração com o Tribunal, situação em que deverá permitir ao procurador a assinatura digital seguido do respectivo protocolo eletrônico. Para os demais casos o sistema deverá exportar a peça em formato PDF ou realizar a impressão do documento.	X		
1.20 Controle de documentos digitais			
1.20.1 Deverá dispor de recursos de armazenamento e gestão de documentos digitais e digitalizados.	X		
1.20.2 Deverá organizar de forma visual os documentos que compõem os processos cadastrados, formando uma pasta digital equivalente aos autos físicos para cada processo.	X		
1.20.3 Permitir a inclusão automática de documentos produzidos diretamente no sistema.	X		
1.20.4 Permitir a importação de documentos em formato PDF.	X		
1.20.5 Armazenar e apresentar os documentos do processo em ordem cronológica de inserção e/ou produção associando-o ao respectivo andamento do processo facilitando a localização dos respectivos documentos, sem a necessidade de visualização página a página para sua localização.	X		
1.20.6 Permitir a exportação de documentos da pasta digital para arquivos em formato PDF.	X		



PREFEITURA DA CIDADE DE CABO FRIO

Região dos Lagos - Estado do Rio de Janeiro

1.20.8 Documentos que possuam anexos devem ser exibidos com esta identificação facilitando a visualização destes anexos sem a necessidade de localização na pasta digital.	X		
1.20.9 Deverá permitir a navegação contínua entre os documentos que compõem a pasta do processo, de modo que ao chegar ao final da última página do documento em exibição a primeira página do próximo documento aberto passe a ser automaticamente exibida.	X		
1.21 Resultado econômico do Processo			
1.21.1 Possuir funcionalidade para apuração do resultado econômico do processo, conforme critérios de cálculo ou informações lançadas.	X		
1.21.2 Dispor de comparação de valores informados ao longo da tramitação processual, atualizando os registros pretéritos para a data da comparação.	X		
1.22 Consulta de Processos			
1.22.1 Possuir tela de consulta de processos que apresente, no mínimo, os seguintes filtros de busca: (a) Número unificado de processo (padrão CNJ); (b) Assunto; (c) Classe do processo; (d) Nome do procurador vinculado; (e) Nome da parte; (f) Especializada; (g) Procurador; (h) Juízo; (i) Número da CDA; (j) Situação da CDA; (k) Data de inscrição da CDA; (l) Valor da CDA; (m) Qualificação do Processo; (n) Qualificação da parte;	X		
1.22.2 Quando a consulta de processos for realizada pelo nome da parte, deve aplicar o conceito de busca aproximada/imprecisão (fuzziness), de modo que mesmo escrevendo o nome com algumas letrasequivocadas a parte seja encontrada, retornando também todos os nomes com escrita semelhante, exibindo os resultados ordenado dos mais próximos para o menos próximo dos termos pesquisados;	X		
1.23 Consulta de Dívidas			
1.23.1 Possuir tela de consulta de Dívidas que apresente, no mínimo, os seguintes filtros de busca: (a) Número da CDA; (b) Data de inscrição; (c) Situação da CDA; (d) Nome do devedor; (e) Natureza do débito; (f) Tipo de débito; (g) Valores; (h) Número do processo judicial (para CDAs ajuizadas).	X		
1.23.2 Quando a consulta de CDAs for realizada pelo nome da parte, deve aplicar o conceito de busca aproximada/imprecisão (fuzziness), de modo que mesmo escrevendo o nome com algumas letrasequivocadas a parte seja encontrada, retornando também todos os nomes com escrita semelhante, exibindo os resultados ordenado dos mais próximos para o menos próximo dos	X		



PREFEITURA DA CIDADE DE CABO FRIO

Região dos Lagos - Estado do Rio de Janeiro

termos pesquisados;	X		
1.24 Relatórios diversos	X		
1.24.1 Permitir a geração e impressão de extratos do andamento do processo.	X		
1.24.2 Permitir a geração e impressão de relatório contendo os maiores devedores;	X		
1.24.3 Permitir a geração e impressão de relatórios contendo os processos suspensos, sobrestados e extintos;	X		
1.24.4 Permitir a geração de relatório de petições e documentos emitidos considerando o Procurador responsável e contendo, no mínimo, número do feito, nome do executado principal, data da emissão do documento, nome do usuário responsável pela emissão, totalizador indicando a quantidade e tipo de documento emitido;	X		
1.24.5 Permitir a geração de relatório de ações ajuizadas por exercício, contendo, no mínimo, as seguintes informações, quantidade ações propostas; ano do ajuizamento; número da(s) dívida(s), tipo da dívida, data de inscrição da dívida; valor da ação;	X		
1.25 Dashboard	X		
1.25.1 Disponibilizar ferramentas de Dashboard, onde ao selecionar uma informação o Dashboard deve filtrar as informações permitindo a exploração dinâmica a partir de vários ângulos possibilitando assim a identificação de insights.	X		É customizável, pode ser configurado de acordo com a necessidade.
1.25.2 Disponibilizar dashboard que exiba a quantidade de citações e intimações recebidas ao longo do tempo, permitindo a contabilização por tipo de andamento, procurador responsável, classe do processo, matéria do processo, especializada e procurador responsável, e listagem das citações/intimações recebidas.	X		É customizável, pode ser configurado de acordo com a necessidade.
1.25.3 Disponibilizar dashboard que exiba a quantidade de peças, permitindo a contabilização por tipo de peça elaborada, procurador responsável, classe do processo, matéria do processo, especializada e procurador responsável, e listagem das peças elaboradas	X		É customizável, pode ser configurado de acordo com a necessidade.



PREFEITURA DA CIDADE DE CABO FRIO

Região dos Lagos - Estado do Rio de Janeiro

1.25.4 Disponibilizar dashboard que exiba a quantidade de dívidas da base de dados, permitindo a contabilização do montante por Tributo, Montante pela idade da dívida, Maiores devedores, Montante por tipo de pessoa (física/jurídica), Montante por ano de inscrição, Montante por ano de ajuizamento, Quantidade por ano de ajuizamento, e listagem das dívidas.	X		É customizável, pode ser configurado de acordo com a necessidade.
1.25.5 Disponibilizar dashboard que exiba a quantidade de processo na base de dados, permitindo a contabilização da quantidade por matéria do processo, classe do processo, assunto do processo, ano de ajuizamento, e listagem dos processos.	X		É customizável, pode ser configurado de acordo com a necessidade.
2 REQUISITOS NÃO FUNCIONAIS DO SISTEMA			
2.1 Tecnologia empregada			
2.1.1 A interface de usuário do sistema deve ser implementada para ser acessível nativamente via browser WWW:	X		
2.1.2 A camada servidora (back-end) deve utilizar arquitetura de microserviços, reduzindo o problemático acoplamento de funcionalidades encontrado em sistemas monolíticos, de modo a simplificar e agilizar a manutenção do sistema, além de melhorar a performance e resiliência sem custos excessivos de infraestrutura a partir do escalonamento específico de cada microserviço.	X		
A camada cliente (front-end WEB) deve ser implementado utilizando os conceitos de SPA – Single Page Application permitindo melhor performance.	X		
2.1.4 A camada cliente (front-end WEB) deve possuir Design Responsivo, permitindo a utilização do sistema em dispositivos diversos, como desktops, tablets e celulares	X		
2.1.4.1 Visualizar as demandas agrupadas por tipo de manifestação prevista;	X		
2.1.4.2 Visualização detalhada da demanda;	X		
2.1.4.3 Visualização e navegação na pasta digital do respectivo processo;	X		
2.1.4.4 Visualização de dados/detalhes do processo;	X		
2.1.4.5 Alteração do tipo de intimação/demanda;	X		
2.1.4.6 Alteração do tipo de manifestação agendada;	X		
2.1.4.7 Designação de assessor para minutar manifestação;	X		



PREFEITURA DA CIDADE DE CABO FRIO

Região dos Lagos - Estado do Rio de Janeiro

2.1.4.8 Visualização da minuta elaborada pelo assessor;	X		
2.1.4.9 Solicitação de redistribuição do processo ou da intimação;	X		
2.1.4.10 Visualização da agenda de prazos;	X		
2.1.4.11 Visualização do calendário de audiências;	X		
2.1.4.12 Distribuir processos novos;	X		
2.1.4.13 Redistribuir processos e intimações mediante solicitação do procurador responsável;	X		
2.1.4.14 Redistribuir processos e intimações sem prévia solicitação do procurador responsável;	X		
2.1.4.15 Consultar Processos;	X		
2.1.4.16 Consultar Dívidas.	X		
2.1.6 Armazenar os dados em robusto SGDB como Oracle, DB2, SQL Server ou PostgreSQL.	X		
2.2 Usabilidade			
2.2.1 O sistema deve ser de fácil utilização, oferecendo interface gráfica amigável e intuitiva, compatível com aplicações WEB como Google e Facebook, que facilitam o aprendizado e operação mesmo sem treinamento.	X		
2.3 Segurança			
2.3.3 Todas as senhas devem ser criptografadas.	X		
2.3.7 Permitir, aos usuários que esqueceram a senha, o cadastramento de nova senha mediante o recebimento de código de verificação por mensagem SMS.	X		
2.3.8 Permitir o armazenamento, em ambiente seguro, de log de auditoria, compreendendo o salvamento das informações detalhadas de todas as ações do usuário referentes a alterações em campos, inclusão ou exclusão de registros, armazenando o conteúdo do campo modificado, data e hora e usuário responsável pela operação.	X		



PREFEITURA DA CIDADE DE CABO FRIO

Região dos Lagos - Estado do Rio de Janeiro

2.5 Performance			
2.5.2 Durante o procedimento de assinatura ou protocolo eletrônico de documentos em lote o sistema deverá permitir o uso das demais funcionalidades, ou seja, não serão admitidas soluções em que o procedimento de assinatura ou protocolo em lote bloqueie a estação de trabalho do usuário até o término da operação.	X		
2.6 Robustez			
2.6.1 Visando garantir a robustez do sistema, o código fonte do sistema deverá atender as metas de qualidade descritas na tabela abaixo, sendo aferidas por meio de métricas extraídas com a ferramenta SonarQube, versão 7.9 ou superior:	X		A tabela mencionada neste subitem não constou anexada. Será enviado relatório de análise deste item.
2.7 Ambiente de hospedagem da aplicação			
2.7.1. O ambiente de hospedagem do sistema deverá possuir no mínimo três datacenters, em localidades diferentes, e possibilitar escolha do local de residência dos dados com o intuito de otimizar performance e taxas de transmissão, evitando a inoperabilidade do sistema em caso de queda de um deles.	X		
2.7.2. O ambiente de hospedagem do sistema deverá apresentar serviços que sejam executados em datacenters isolados de falhas de outros data centers numa mesma região, e prover conectividade de rede e baixa latência com custo reduzido entre estes.	X		
2.7.3. O ambiente de hospedagem do sistema deverá prover serviços que atendam as seguintes certificações e credenciações de segurança e conformidade internacionais ISO 27001, ISO 27017, ISO 27018, SOC 1, SOC 2 e SOC 3, as quais contêm normas relacionadas com a segurança da contratação e com o interesse público local.	X		
2.7.4. Qualquer documento ou referência de acesso público deverá ser apresentado em nome do provedor através de fontes públicas como relatórios ou websites, sendo facultado ao CONTRATANTE promover diligência destinada a esclarecer ou complementar informações.	X		
2.7.5. O ambiente de hospedagem do sistema deverá dispor de um serviço de entrega de conteúdo abaixo latência e altas taxas de transferência a partir de diferentes pontos de presença espalhados pelo mundo.	X		
2.7.6. O ambiente de hospedagem do sistema deverá dispor de serviços que permitam restringir acesso a recursos a partir de IPs de origem.	X		



PREFEITURA DA CIDADE DE CABO FRIO

Região dos Lagos - Estado do Rio de Janeiro

2.7.7. O serviço deverá possibilitar alta disponibilidade por meio de replicação síncrona (com um SLA certificado de 99.95%, dada a essencialidade do serviço executado) de uma base primária para uma réplica em standby num data center fisicamente segregado, tudo isso obtendo redundância, eliminando freezes de I/O e minimizando picos de latência durante backups.	X		
2.7.8. O provedor de nuvem deverá oferecer um serviço que possua volumes de armazenamento que suportem mídias SSD (solid state drive) podendo alcançar latências da ordem de milissegundos.	X		
2.7.9. O provedor de nuvem deverá oferecer um serviço que disponibilize uma linha de base de desempenho estável de até 50 IOPS/GB para um máximo de 20.000 IOPS, além fornecer até 320 MB/s de throughput por volume.	X		
2.8. Segurança			
2.8.1. O sistema deverá possibilitar a integração dos usuários com o Active Directory da CONTRATANTE;			Não tem como avaliar este item em prova de conceito. A empresa fará uma declaração de afirmação.
2.8.2. O sistema deverá autentica login e senha dos usuários no servidor de Active Directory da CONTRATANTE;			Não tem como avaliar este item em prova de conceito. A empresa fará uma declaração de afirmação.
2.8.3. Quando um usuário for bloqueado no servidor de Active Directory da CONTRATANTE o mesmo deverá perder o acesso no sistema;			Não tem como avaliar este item em prova de conceito. A empresa fará uma declaração de afirmação.
2.9. Backup			
2.9.1. A CONTRATADA deverá se responsabilizar por efetuar rotinas de backup a fim de garantir total integridade dos dados em caso de incidentes com o servidor no qual o sistema estiver instalado.	X		Atende, mas este subitem deve constar em contrato.



PREFEITURA DA CIDADE DE CABO FRIO

Região dos Lagos - Estado do Rio de Janeiro

2.9.2. A CONTRATADA deverá fornecer cópia da base de dados em periodicidade a ser definida conforme conveniência da CONTRATANTE;

X

Atende, mas este subitem deve constar em contrato.

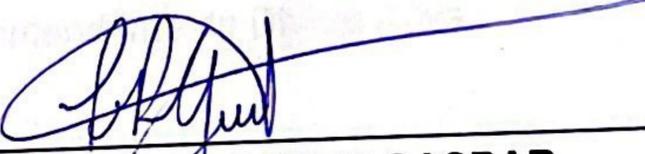
Os votos foram colhidos por item. Tendo havido unanimidade em todos eles.

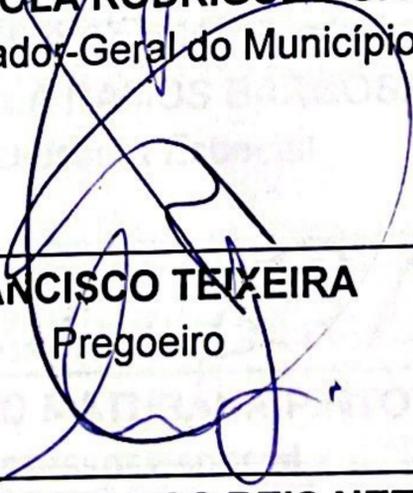
Após a avaliação, item por item, a Comissão de Julgadora declara que o sistema atende, quase que integralmente, às funcionalidades solicitadas pela Progem, razão pela qual **APROVA** a Coreplan na prova de conceito.

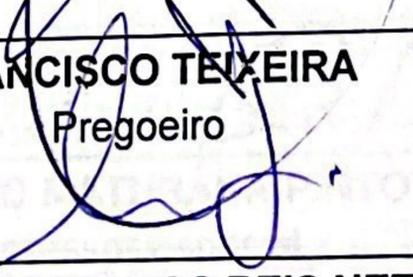
Em relação aos itens 1.6.22; 1.6.2.2.2; 1.18.2.9; 1.18.2.10; 1.18.2.13; 1.18.2.17; 1.18.2.20; 2.8.1; 2.8.2 e 2.8.3, cujo atendimento não foi demonstrado nas sessões, a implantação dos mesmos deverá constar, textualmente, como obrigação da Contratada no instrumento do contrato a ser celebrado com ela.

Quanto ao item 1.18.2.19, a Comissão entendeu pela desnecessidade de demonstração, por não ser um recurso utilizado nas ferramentas de edição de texto.

Assim, nada mais havendo a tratar, foi encerrada, no dia 12 de agosto de 2022 às 13:30h, a presente Reunião.


VICTOR LOIOLA RODRIGUES GASPAR
Procurador-Geral do Município


FRANCISCO TEIXEIRA
Pregoeiro


ANTÔNIO LUIZ DOS REIS NETO
Subprocurador do Município

4



PREFEITURA DA CIDADE DE CABO FRIO

Região dos Lagos - Estado do Rio de Janeiro

Renata Nogueira de Araujo

RENATA NOGUEIRA DE ARAÚJO

Procuradora do Município

Daniel Carneiro Ferreira

DANIEL CARNEIRO FERREIRA

Procurador do Município

Diogo Santana Machado Silva

DIOGO SANTANNA MACHADO SILVA

Procurador do Município

Felipe Valentim de Oliveira

FELIPE VALENTIM DE OLIVEIRA

Procurador do Município

Patrícia da Costa Reis

PATRÍCIA DA COSTA REIS

Superintendente da Dívida Ativa

Isabella Ramos Barbosa

ISABELLA RAMOS BARBOSA

Assessora Especial

Márcio Maturana Pinto

MÁRCIO MATURANA PINTO

Assessor Especial

Washington Luis Caldas Fernandes

WASHINGTON LUIS CALDAS FERNANDES

TI da Procuradoria-Geral



PREFEITURA DA CIDADE DE CABO FRIO

Região dos Lagos - Estado do Rio de Janeiro

MIGUEL ÂNGELO EVORA FRAZÃO
Representante do setor TI do Município

WENER ANACLETO DA SILVA
Representante do setor TI do Município

FELIPE LIMA

Representante da empresa Coreplan

DELLEY ABSTEL

Representante da empresa Coreplan